

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS
AVISO Nº POISE- 18-2019-02

1.01 - Estágios

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

Objetivo Temático: 08. - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Objetivo Específico: 1.1 – Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho

Eixo Prioritário: 01. - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego

Prioridade de Investimento: 8.i – Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores

Tipologia de Intervenção: 18. Integração no mercado laboral (Adultos e Jovens)

Fundo Social Europeu

janeiro de 2019

Conteúdo

1. Preâmbulo.....	3
2. Beneficiário	3
3. Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública	3
4. Ações elegíveis	4
5. Destinatários elegíveis	5
6. Calendário	5
7. Dotação indicativa e financiamento público a conceder	5
8. Procedimento para apresentação das candidaturas	5
9. Duração das candidaturas.....	6
10. Critérios de elegibilidade do beneficiário	6
11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário.....	7
12. Área geográfica	7
13. Documentos a apresentar com a candidatura.....	7
14. Indicadores a contratualizar	7
15. Forma, montantes e limites dos apoios	8
16. Regras de elegibilidade das despesas	8
17. Despesas elegíveis	9
18. Processo de análise e decisão das candidaturas.....	9
19. Condições de alteração.....	10
20. Regime de financiamento e prazos de decisão.....	10
21. Eficiência e resultados	12
22. Direitos e obrigações do beneficiário	12
23. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	14
24. Divulgação dos resultados	14
25. Disposições legais e regulamentares aplicáveis.....	14
26. Contactos a nível nacional	15
27. Anexos.....	16
1. Deliberação n.º 82/2015, de 11 de novembro, da CIC Portugal 2020	16
2. Tabela de custos Unitários (€/mês).....	16
3. Prazos para análise e decisão de candidaturas	26
4. Simulador de Correção Financeira	26
5. Guia de Registo de Participante	26

1. Preâmbulo

Nos termos previstos no artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, publicado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, alterada pelas Portarias n.º s 181-C/2015, de 19 de junho, 265/2016, de 13 de outubro, 41/2018, de 1 de fevereiro, que o republica, e Portaria n.º 235/2018, de 23 de agosto, doravante designado por Regulamento Específico, as candidaturas são apresentadas por concurso ou por convite, sendo os respetivos avisos publicitados no Portal do Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e na página da Internet da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), doravante designada por Autoridade de Gestão.

O presente aviso configura um **convite** para apresentação de candidaturas, tendo sido elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 88/2018, de 6 de novembro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL), para o período de programação 2014-2020.

Considerando que este convite se dirige a um beneficiário responsável pela execução de políticas públicas, está dispensado, por força da Deliberação n.º 82/2015, de 11 de novembro, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020 (Anexo 1), da fundamentação específica prevista no n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Específico, em conjugação com o n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

2. Beneficiário

De acordo com o artigo 25.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento Específico acede aos apoios concedidos, no âmbito da presente tipologia de operações, enquanto organismo responsável pela concretização dos respetivos instrumentos de política pública, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP, doravante designado por IEFP, IP.

3. Diplomas normativos enquadradores do instrumento de política pública

No âmbito da presente tipologia de operações são financiadas as ações previstas no artigo 24.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento Específico, que cumpram os critérios previstos nos seguintes diplomas normativos enquadradores de política pública:

- Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, alterada pelas Portarias n.º 375/2013, de 27 de dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro, e n.º 149-B/2014, de 24 de julho, que cria a Medida “Estágios Emprego”;
- Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro, Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de julho, Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril, e Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho, que regulam a Medida “Estágios Emprego” em termos de comparticipação financeira;
- Portaria n.º 86/2015, de 20 de março, que cria a Medida “Reativar”;

Regulamento
Específico

Decreto-Lei n.º
159/2014

Deliberação n.º
82/2015, de 11 de
novembro, da CIC
Portugal 2020

IEFP, IP

Estágios Emprego

Reativar

Estágios Profissionais

- Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril, Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril, e Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho, que regulam a Medida “Reativar” em termos de comparticipação financeira;
- Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril, que cria a Medida “Estágios Profissionais”;
- Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 35/2017, de 11 de outubro, que define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos às populações e empresas afetadas pelo incêndio ocorrido entre os dias 17 e 21 de junho de 2017, nos termos previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2017, de 12 de julho;
- Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro, que define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 167-B/2017, de 2 de novembro, destinados às populações e empresas afetadas pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017, designadamente no que se refere à atribuição de subsídios eventuais, à criação de regimes extraordinários e transitórios de isenção, à dispensa e diferimento do pagamento de contribuições e medidas no âmbito do emprego e formação profissional;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2018, de 10 de janeiro, que regulamenta a Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, a qual estipula as medidas de apoio às vítimas, bem como as medidas urgentes de prevenção e combate a incêndios florestais nos municípios afetados pelos incêndios florestais de 15 e 16 de outubro de 2017;
- Despacho n.º 4462/2017, de 24 de maio, alterado pelo Despacho n.º 9620/2017, de 2 de novembro, Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril, e Despacho n.º 5661/2018, 7 de junho, que regulam a Medida “Estágios Profissionais” em termos de comparticipação financeira.

A menção feita aos diplomas antes identificados considera-se automaticamente referenciada para os diplomas que os alterem ou lhes sucedam e que regulem matéria idêntica, desde que se enquadrem na alínea a), do n.º 1, do artigo 24.º do Regulamento Específico.

4. Ações elegíveis

São elegíveis, para efeitos de financiamento, os estágios previstos nos diplomas de política pública identificados no ponto 3 do presente convite, cujos destinatários se enquadrem no disposto no ponto 5.

No âmbito da Medida “Estágios Profissionais”, não são elegíveis as ações previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril.

5. Destinatários elegíveis

São destinatários das ações previstas no ponto 4 do presente aviso, os destinatários que reúnam os requisitos previstos nos diplomas normativos enquadreadores da política pública identificados no ponto 3.

6. Calendário

O período para apresentação da candidatura decorre entre as 9.00 horas do dia 24 de janeiro de 2019 até às 18:00 horas do dia 28 de fevereiro de 2019.

Aconselha-se o beneficiário a acautelar a submissão atempada das candidaturas, evitando a submissão das mesmas nos últimos dias do prazo.

7. Dotação indicativa e financiamento público a conceder

A dotação financeira indicativa afeta ao presente convite é de 83.000.000€ (oitenta e três milhões de euros) para uma meta de 16.600 participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais, a qual pode ser reforçada por decisão da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão.

A comparticipação pública da despesa elegível é repartida pelo Fundo Social Europeu (85%) e pela Contribuição Pública Nacional (15%), sendo esta última suportada pelo beneficiário, nos termos conjugados dos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Regulamento Específico.

8. Procedimento para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>), doravante designado por Balcão 2020.

Previamente à apresentação da candidatura, o beneficiário deve efetuar o seu registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada para o beneficiário, a qual conta com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada reside uma série de dados relativos à caracterização dos beneficiários, os quais devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas apresentadas ao Portugal 2020.

No portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>) os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadadora;

Período de
candidatura:
24/01/2019
28/02/2019

Dotação de 83 M€
para uma meta de
16.600 participantes
desempregados

Apresentação de
candidaturas no
Balcão 2020

- b) Ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre a abertura de candidatura;
- c) A pontos de contacto para obter informações adicionais.

9. Duração das candidaturas

As candidaturas apresentadas no âmbito do presente convite têm uma duração máxima de 36 meses.

Os estágios integrados nas candidaturas apresentadas devem ter início e término no período de duração da mesma.

Nos termos do nº 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, não podem ser selecionadas para efeitos de financiamento as operações que estejam materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura.

10. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O IEFP, IP, deve declarar ou comprovar, se para tal for notificado, o cumprimento dos critérios abaixo elencados, designadamente os previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual:

- Está legalmente constituído;
- Tem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- Pode legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações;
- Possui, ou pode assegurar, até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- Tem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- Apresenta uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstram ter capacidade de financiamento da operação;
- Não apresenta a mesma candidatura a financiamento por outro organismo, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- Encontra-se, no âmbito do FSE, certificado ou recorre a entidades formadoras certificadas, quando tal seja exigível;
- Não detém nem tenha detido capital numa percentagem superior a 50 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus;

Operações com a
duração máxima
meses de 36 meses

- Que não está impedido de recorrer ao financiamento do FEDER, FSE, FC, FEADER (agricultura) e FEAMP;
- Não têm salários em atraso (*cf. al. I) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 242/2015, de 13 de agosto, 122/2016, de 4 de maio e 129/2017, de 5 de abril, 19/2018, de 17 de janeiro, e 175/2018, de 19 de junho*).

11. Número de candidaturas a apresentar por beneficiário

No âmbito do presente convite, o IIEFP, IP, apenas pode apresentar uma candidatura por cada região abrangida.

12. Área geográfica

Para efeitos de financiamento, são elegíveis as operações realizadas nas seguintes regiões NUTS II do Continente: Norte, Centro e Alentejo.

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se realizam as ações, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 20.º do Regulamento Específico.

13. Documentos a apresentar com a candidatura

Ao formulário de candidatura tem obrigatoriamente que ser anexado, através de *upload*, a seguinte documentação:

- Fundamentação da candidatura, em particular o seu contributo para os objetivos da tipologia de operações;
- Explicação dos métodos de cálculo que sustentam o montante do financiamento solicitado.

14. Indicadores a contratualizar

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento e de incumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na candidatura em causa e no momento do pagamento do saldo final, sendo também fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 7º do Regulamento Específico são contratualizados com o beneficiário, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

NUTS II do
Continente: Norte,
Centro e Alentejo

Memória Descritiva

Orçamento

Na candidatura o IEFP, IP, apresenta as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão para os indicadores de realização e de resultado, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Desta forma, serão contratualizados com a Autoridade de Gestão, os indicadores identificados de seguida, salientando-se que o indicador de realização e de resultado a contratualizar decorre diretamente dos indicadores definidos para o PO ISE, no âmbito do objetivo específico em que se enquadra esta tipologia de operações:

Indicadores de Realização e Resultado do Convite			
Indicador		Unidade	Meta do Convite
Indicador de Realização	Participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais	n.º	16.600
Indicador de Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	%	60%

Fórmula de Cálculo para apuramento da meta do Indicador de Resultado:

$$\frac{\text{N.º de participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional}}{\text{N.º de participantes desempregados que beneficiam de estágios profissionais}} \times 100\%$$

15. Forma, montantes e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito deste convite revestem a natureza de subvenção não reembolsável, assumindo a modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, prevista no n.º 1 do artigo 21.º do Regulamento Específico, conjugado com a alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A metodologia de custos simplificados aplicada no âmbito desta tipologia de operações foi aprovada pela CIC Portugal 2020, através da Deliberação n.º 2-EE/2015, de 21 de outubro, alterada pelas Deliberações n.º 2-F/2016, de 20 de abril, n.º 2-H/2017, de 18 de julho, e pela Deliberação n.º 22/2018, de 2 de novembro, encontrando-se as tabelas normalizadas de custos unitários (€/mês) descritas no Anexo 2 presente aviso.

16. Regras de elegibilidade das despesas

Na presente tipologia de operações são consideradas elegíveis as despesas realizadas nos termos do n.º 4 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação, em conjugação com o n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, na medida em que, aos

Contratualização de resultados com o beneficiário

Tabelas normalizadas de custos unitários

beneficiários públicos responsáveis pela execução de políticas públicas, não se aplica o prazo geral de elegibilidade inicial.

A elegibilidade final das despesas que integram a operação apoiada é de 45 dias úteis após a sua conclusão, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do supra referido artigo 10.º.

17. Despesas elegíveis

Sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, são elegíveis na presente tipologia de operações, conforme dispõe a alínea a) do artigo 26.º do Regulamento Específico, as despesas previstas nos diplomas enquadradores mencionados no ponto 3. do presente aviso.

No âmbito da Medida “Estágios Profissionais”, não são elegíveis os apoios referentes às ações previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril.

18. Processo de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade previstos neste convite.

O IEFP, IP, é notificado das correspondentes propostas de decisão das candidaturas por si titulada, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos, sendo o mesmo ouvida no procedimento, nos termos legais, efeito para o qual é concedido um prazo máximo de 10 dias úteis, contado a partir da data da notificação atrás referida, para apresentar eventuais alegações em contrário.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas, que pode ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos, é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do convite.

O mencionado prazo de decisão suspende-se quando sejam solicitados ao IEFP, IP, quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez. A não apresentação no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, determina que a análise da candidatura prossegue apenas com os elementos disponibilizados, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam considerados determinantes para uma decisão favorável, salvo motivo justificável não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão é notificada ao IEFP, IP, no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão (ver diagrama com as respetivas etapas e prazos, constante do Anexo 3 ao presente aviso).

Audiência de interessados

Decisão proferida no prazo de 60 dias úteis

Suspensão do prazo de decisão

Notificação da decisão

Em caso de aprovação da candidatura, o termo de aceitação deve, no prazo máximo de 10 dias úteis contados desde a data da receção da notificação da decisão de aprovação, ser submetido eletronicamente no Balcão 2020, devidamente autenticado, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, ou ser devolvido por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEFP, IP, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso o termo de aceitação não seja submetido ou devolvido devidamente assinado no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao IEFP, IP, e devidamente aceite pela Autoridade de Gestão.

A decisão de aprovação da candidatura é revogada, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 23º do mesmo diploma, salvo se aquela interrupção da operação tiver sido autorizado pela Autoridade de Gestão ou, nos casos em que o período de adiamento do arranque da operação seja superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início da sua realização ou à data do conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior, caduca nos termos do artigo 12.º-A do Regulamento Específico.

19. Condições de alteração

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são formalizados no Balcão 2020.

É obrigatória a formalização de pedido de alteração quando a operação não se inicie no ano civil previsto para o efeito, nos termos da decisão de aprovação, ou quando inicie num período superior a 90 dias úteis em relação à data prevista para o início ou à data de conhecimento da decisão de aprovação.

Se o IEFP, IP, não for notificado da correspondente decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

20. Regime de financiamento e prazos de decisão

Termo de Aceitação

Caducidade da
decisão

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo IEFP, IP, confere-lhe o direito a receber financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O IEFP, IP, tem direito para cada candidatura aprovada a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica do termo de aceitação da decisão de aprovação ou devolução do mesmo, por via postal, devidamente assinado por quem tenha poderes para obrigar o IEFP, IP, e com as assinaturas reconhecidas nessa qualidade;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Comunicação do início ou reinício da operação no Balcão 2020.

O financiamento pelo PO ISE tem por base o modelo de financiamento praticado pelo IEFP, IP, que assenta na demonstração, por parte da entidade promotora, de elementos de execução física do estágio, durante e no fim do mesmo. Por conseguinte, os pagamentos da Autoridade de Gestão ao IEFP, IP, são efetuados em função da atividade comprovada e validada pelo IEFP, IP, à data de referência do pedido de reembolso em causa.

Os pedidos de reembolso são submetidos no Balcão 2020 com uma periodicidade mínima trimestral, reportando-se ao último dia do mês a que dizem respeito, devendo o IEFP, IP, submeter eletronicamente, no Balcão 2020, os dados físicos e financeiros requeridos pelo sistema de informação, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Regulamento Específico.

No caso de candidaturas plurianuais, o IEFP, IP, fica obrigado a submeter eletronicamente, no Balcão 2020, até 31 de março de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O IEFP, IP, tem direito ao financiamento, por via da apresentação de reembolsos, desde que a soma dos adiantamentos e dos pagamentos intermédios de reembolsos, não exceda os 85% do montante do financiamento total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, no Balcão 2020, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia entre o último pedido de

**Adiantamento:
15% do montante
aprovado por ano
civil**

**Pedidos de
Reembolso com
periodicidade
trimestral**

**Pedido de
Reembolso
Intermédio até 31 de
março**

**Decisão proferida no
prazo de 30 dias úteis**

**Reembolso até 85%
do montante
aprovado**

**Pedido de
pagamento de saldo**

reembolso apresentado e a data de apresentação do pedido de pagamento de saldo.

Para efeitos de contagem do prazo de apresentação do pedido de pagamento do saldo, considera-se que a data de conclusão da operação é a que consta do cronograma aprovado, em sede de candidatura ou pedido de alteração, como data final para a realização da sua última ação.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a conformidade dos elementos apresentados pelo IEFP, IP, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo final é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende, por uma única vez, quando a Autoridade de Gestão solicite cópias dos documentos originais, ou outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

21. Eficiência e resultados

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de, pelo menos, 90% do contratualizado.

Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, que pondera, de forma equitativa a meta do indicador de realização e do indicador de resultado, sobre uma base de incidência de 10% do montante a aprovar em saldo, conforme simulador disponível no Anexo 4 ao presente aviso.

Salienta-se que, para efeitos de cálculo do indicador de resultado (em percentagem), deve ter-se por base o valor registado em sede de saldo para o indicador de realização, ou seja, o número de participantes efetivamente registados na operação.

22. Direitos e obrigações do beneficiário

A submissão da candidatura confere ao IEFP, IP, o direito:

- i. À notificação da decisão que recaiu sobre a candidatura, em estrita observância dos prazos, forma e procedimentos estabelecidos no ponto 18 do presente aviso;
- ii. Ao recebimento do financiamento para realização da operação aprovada, apurado de acordo com a forma, montantes e limites estabelecidos nos pontos 16 e 17 e processado dentro dos prazos e em conformidade com os procedimentos constantes do ponto 20;
- iii. Ao acesso à informação e resultados respeitantes ao presente convite, nos termos do ponto 24.

Reduções do apoio

Decisão proferida no prazo de 45 dias úteis

Cumprimento das metas: 90% do contratualizado

Correção financeira por incumprimento

Perda da subvenção, no caso de incumprimento das meta

Direitos

Com a aceitação da decisão de aprovação da candidatura o IEFP, IP, fica obrigado, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a:

- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;
- b) Facultar o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo da operação;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do Programa, ou pelo prazo fixado na legislação nacional aplicável;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável e as disposições previstas no ponto 23 do presente aviso;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre o beneficiário e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

O IEFP, IP, fica ainda obrigado a:

- l) Utilizar um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite;
- m) Registrar regularmente, no Balcão 2020, a execução física associada às operações aprovadas pelo PO ISE, recomendando-se que a atualização seja realizada com uma periodicidade trimestral;
- n) Colaborar com a Autoridade de Gestão no apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos nos anexos I e II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

Com vista a garantir o cumprimento adequado desta última obrigação, em concreto o apuramento dos dados a inscrever nos indicadores comuns de realização, importa tomar medidas para uma clara e correta apreensão dos mesmos, o conhecimento do conceito que subjaz a cada indicador e o procedimento de recolha e registo da informação.

Assim, no Anexo 5 ao presente aviso, é fornecido pela Autoridade de Gestão um guia de “Registo de Participante”, no âmbito do Sistema de Monitorização Estratégica do PO ISE, a aplicar exclusivamente às operações que beneficiam “participantes”, onde se encontram definidos um conjunto de princípios que os beneficiários devem adotar no processo de recolha e registo da informação referente às operações financiadas pelo FSE, incluindo nas operações já iniciadas.

Ao IEFP, IP, assistem ainda os demais direitos e obrigações estabelecidos nas disposições legais e regulamentares, comunitárias e nacionais aplicáveis.

23. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer documento relacionado com a execução de uma operação ou produto desenvolvido, designadamente qualquer certificado de participação ou outro certificado, devem reconhecer o apoio dos Fundos à operação, apresentando obrigatoriamente os logótipos do PO ISE, do Portugal 2020, e da União Europeia com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

24. Divulgação dos resultados

Os candidatos têm acesso aos resultados do presente convite no portal do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt>).

25. Disposições legais e regulamentares aplicáveis

Às disposições contidas no presente aviso, aplica-se de forma subsidiária o disposto nos seguintes normativos:

- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;
- Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação,
- Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março, na sua atual redação;
- Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho alterada pela Portarias n.º 375/2013, de 27 de dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro, e n.º 149-B/2014, de 24 de julho;
- Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro;
- Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de julho;
- Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril;
- Portaria n.º 86/2015, de 20 de março;
- Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril;

Consulta no Portal
2020

- Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril;
- Portaria n.º 254/2017, de 11 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 35/2017, de 11 de outubro;
- Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2018 de 10 de janeiro;
- Despacho n.º 4462, de 24 de maio,
- Despacho n.º 9620/2017, de 2 de novembro;
- Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril;
- Despacho n.º 5661/2018, de 7 de junho;
- Regulamentos (UE) n.ºs 1303/2013 e 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterados pelo Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018.

26. Contactos a nível nacional

Autoridade de Gestão do PO ISE

Av.ª Columbano Bordalo Pinheiro, nº 86, 5º andar
1070-065 Lisboa

Contactos

27. Anexos

1. Deliberação n.º 82/2015, de 11 de novembro, da CIC Portugal 2020

2. Tabela de custos Unitários (€/mês)

MEDIDA ESTÁGIOS EMPREGO

(Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho alterada pelas Portarias n.º 375/2013, de 27 de dezembro, n.º 20-A/2014, de 30 de janeiro, e n.º 149-B/2014, de 24 de julho, que republica)

1 - Despacho n.º 1573-B/2014, de 30 de janeiro

1.1 - Estagiários, sem deficiência ou incapacidade

APOIOS	FINANCIAMENTO A 100%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	522,00€	438,16€
Estagiário nível 3	605,84€	505,23€
Estagiário nível 4	647,77€	538,77€
Estagiário nível 5	689,69€	572,31€
Estagiário nível 6, 7 e 8	794,49€	656,15€

1.2 - Estagiários, com deficiência ou incapacidade

APOIOS	FINANCIAMENTO A 100%	FINANCIAMENTO A 90%
Estagiário nível 2 ou inferior	563,92€	522,00€
Estagiário nível 3	647,76€	597,45€
Estagiário nível 4	689,69€	635,19€
Estagiário nível 5	731,61€	672,92€
Estagiário nível 6, 7 e 8	836,41€	767,24€

2 - Despacho n.º 9841-A/2014, de 30 de julho

2.1 - Entidades que integrem estagiários sem majoração

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	438,16€	375,27€
Estagiário nível 3	505,23€	429,77€
Estagiário nível 4	538,77€	457,02€
Estagiário nível 5	572,31€	484,27€
Estagiário nível 6, 7 e 8	656,15€	552,39€

2.2 - Entidades que integrem estagiários com majoração

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	542,96€	480,08€
Estagiário nível 3	622,61€	547,15€
Estagiário nível 4	662,44€	580,69€
Estagiário nível 5	702,26€	614,23€
Estagiário nível 6, 7 e 8	801,83€	698,07€

3 - Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril

3.1 – Entidades que integrem estagiários sem majoração

(Estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	445,12€	381,92€
Estagiário nível 3	512,53€	436,69€
Estagiário nível 4	546,23€	464,08€
Estagiário nível 5	579,24€	491,46€
Estagiário nível 6, 7 e 8	664,20€	559,93€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	450,33€	387,13€
Estagiário nível 3	517,74€	441,90€
Estagiário nível 4	551,44€	469,29€
Estagiário nível 5	585,15€	496,67€
Estagiário nível 6, 7 e 8	669,41€	565,14€

3.2 - Entidades que integrem estagiários com majoração

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	550,44€	487,25€
Estagiário nível 3	630,49€	554,66€
Estagiário nível 4	670,52€	588,36€
Estagiário nível 5	710,55€	622,07€
Estagiário nível 6, 7 e 8	810,61€	706,33€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	555,65€	492,46€
Estagiário nível 3	635,70€	559,87€
Estagiário nível 4	675,73€	593,57€
Estagiário nível 5	715,76€	627,28€
Estagiário nível 6, 7 e 8	815,82€	711,54€

MEDIDA REATIVAR

(Portaria n.º 86/2015, de 20 de março)

1 - Despacho n.º 3651/2015, de 13 de abril

1.1 – Entidades que integram estagiários sem majoração

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	438,16€	375,27€
Estagiário nível 3	505,23€	429,77€
Estagiário nível 4	538,77€	457,02€
Estagiário nível 5	572,31€	484,27€
Estagiário nível 6, 7 e 8	656,15€	552,39€

1.2 – Entidades que integrem estagiários com majoração, sem participação nas despesas de transporte

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	501,04€	438,16€
Estagiário nível 3	580,69€	505,23€
Estagiário nível 4	620,52€	538,77€
Estagiário nível 5	660,34€	572,31€
Estagiário nível 6, 7 e 8	759,91€	656,15€

1.3 – Entidades que integrem estagiários com majoração, com participação nas despesas de transporte

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	542,96€	480,08€
Estagiário nível 3	622,61€	547,15€
Estagiário nível 4	662,44€	580,69€
Estagiário nível 5	702,26€	614,23€
Estagiário nível 6, 7 e 8	801,83€	698,07€

2 - Despacho n.º 3150/2017, de 13 de abril

2.1 – Entidades que integrem estagiários sem majoração

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	445,12€	381,92€
Estagiário nível 3	512,53€	436,69€
Estagiário nível 4	546,23€	464,08€
Estagiário nível 5	579,94€	491,46€
Estagiário nível 6, 7 e 8	664,20€	559,93€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	450,33€	387,13€
Estagiário nível 3	517,74€	441,90€
Estagiário nível 4	551,44€	469,29€
Estagiário nível 5	585,15€	496,67€
Estagiário nível 6, 7 e 8	669,41€	565,14€

2.2 – Entidades que integrem estagiários com majoração, sem comparticipação nas despesas de transporte

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	508,31€	445,12€
Estagiário nível 3	588,36€	512,53€
Estagiário nível 4	628,39€	546,23€
Estagiário nível 5	668,42€	579,94€
Estagiário nível 6, 7 e 8	768,48€	664,20€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	513,52€	450,33€
Estagiário nível 3	593,57€	517,74€
Estagiário nível 4	633,60€	551,44€
Estagiário nível 5	673,63€	585,15€
Estagiário nível 6, 7 e 8	773,69€	669,41€

2.3 – Entidades que integrem estagiários com majoração, com comparticipação nas despesas de transporte

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	550,44€	487,25€
Estagiário nível 3	630,49€	554,66€
Estagiário nível 4	670,52€	588,36€
Estagiário nível 5	710,55€	622,07€
Estagiário nível 6, 7 e 8	810,61€	706,33€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	555,65€	492,46€
Estagiário nível 3	635,70€	559,87€
Estagiário nível 4	675,73€	593,57€
Estagiário nível 5	715,76€	627,28€
Estagiário nível 6, 7 e 8	815,82€	711,54€

MEDIDA ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

(Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, retificada pela Declaração de Retificação n.º 15/2017, de 27 de abril)

1 - Despacho n.º 4462/2017, de 24 de maio

1.1 - Estágios sem majoração

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A A 80%	FINANCIAMENTO A 65%
Estagiário nível 2 ou inferior	445,12€	381,92€
Estagiário nível 3	512,53€	436,69€
Estagiário nível 4	546,23€	464,08€
Estagiário nível 5	579,94€	491,46€
Estagiário nível 6	664,20€	559,93€
Estagiário nível 7	681,06€	573,62€
Estagiário nível 8	697,91€	587,31€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%	FINANCIAMENTO A 90%*
Estagiário nível 2 ou inferior	450,33€	387,13€	534,59€
Estagiário nível 3	517,74€	441,90€	610,43€
Estagiário nível 4	551,44€	469,29€	648,34€
Estagiário nível 5	585,15€	496,67€	686,26€
Estagiário nível 6	669,41€	565,14€	781,06€
Estagiário nível 7	686,27€	578,83€	800,02€
Estagiário nível 8	703,12€	592,52€	818,98€

*Majoração ao abrigo do Despacho n.º 9620/2017, de 02 de novembro

1.2 – Estágios com majoração

(estágios iniciados entre 2017/01/01 e 2017/07/31)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%
Estagiário nível 2 ou inferior	550,44€	487,25€
Estagiário nível 3	630,49€	554,66€
Estagiário nível 4	670,52€	588,36€
Estagiário nível 5	710,55€	622,07€
Estagiário nível 6	810,61€	706,33€
Estagiário nível 7	830,62€	723,19€
Estagiário nível 8	850,63€	740,04€

(estágios iniciados a partir de 2017/08/01)

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 100%*
Estagiário nível 2 ou inferior	555,65€	492,46€	576,72€
Estagiário nível 3	635,70€	559,87€	660,98€
Estagiário nível 4	675,73€	593,57€	703,12€
Estagiário nível 5	715,76€	627,28€	745,25€
Estagiário nível 6	815,82€	711,54€	850,58€
Estagiário nível 7	835,83€	728,40€	871,64€
Estagiário nível 8	855,84€	745,25€	892,71€

*Majoração ao abrigo do Despacho n.º 9620/2017, de 02 de novembro

2 - Despacho n.º 3803/2018, de 16 de abril

2.1 – Entidades que integrem estagiários sem majoração

APOIOS	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 65%	FINANCIAMENTO A 90%*
Estagiário nível 2 ou inferior	456,64€	392,31€	542,42€
Estagiário nível 3	525,26€	448,06€	619,62€
Estagiário nível 4	559,58€	475,94€	658,22€
Estagiário nível 5	593,89€	503,82€	696,82€
Estagiário nível 6	679,67€	573,52€	793,33€
Estagiário nível 7	696,82€	587,45€	812,63€
Estagiário nível 8	713,98€	601,39€	831,93€

*Majoração ao abrigo da Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro

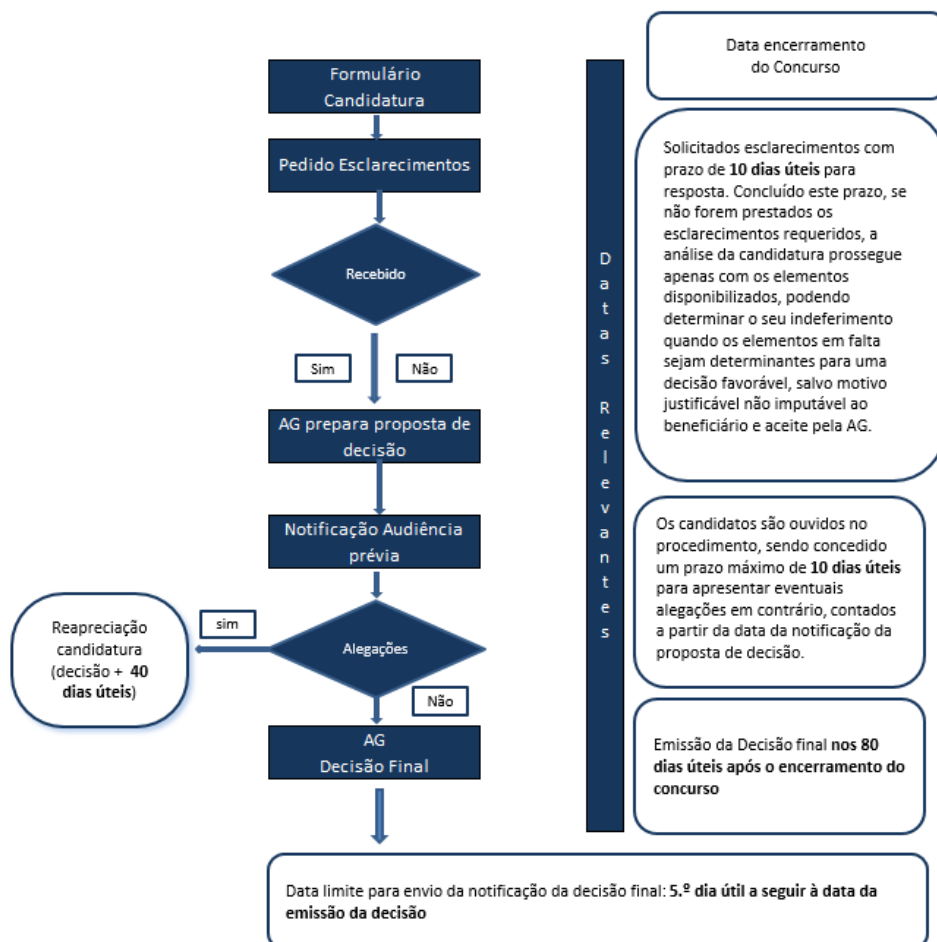
2.1 – Entidades que integrem estagiários com majoração

APOIOS	FINANCIAMENTO A 95%	FINANCIAMENTO A 80%	FINANCIAMENTO A 100%*
Estagiário nível 2 ou inferior	563,87€	499,53€	585,31€
Estagiário nível 3	645,36€	568,15€	671,09€
Estagiário nível 4	686,10€	602,47€	713,98€
Estagiário nível 5	726,85€	636,78€	756,87€
Estagiário nível 6	828,71€	722,56€	864,10€
Estagiário nível 7	849,08€	739,71€	885,54€
Estagiário nível 8	869,46€	756,87€	906,99€

*Majoração ao abrigo da Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro

3. Prazos para análise e decisão de candidaturas

Procedimentos de análise e decisão das candidaturas



4. Simulador de Correção Financeira

5. Guia de Registo de Participante